



APUFPR-SSIND

Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná
Seção Sindical do ANDES-SN

NOTA PÚBLICA: EM DEFESA DAS COTAS RACIAIS E CONTRA O RETROCESSO NO PARANÁ

A Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná – Seção Sindical do ANDES-SN (APUFPR-SSIND) vem a público repudiar veementemente o Projeto de Lei nº. 25/2026, protocolado pelo deputado Ricardo Arruda na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), que propõe a extinção das cotas raciais nas universidades públicas estaduais e federais no Paraná.

Primeiramente, é importante frisar que o projeto é, evidentemente, inconstitucional. Ele viola frontalmente o princípio da igualdade material, encartado na Constituição Federal de 1988, que impõe ao Estado o dever de promover a inclusão social e reduzir as desigualdades. Ao tentar extinguir as ações afirmativas raciais, a proposta ignora que a igualdade real exige o tratamento diferenciado a grupos historicamente marginalizados para corrigir disparidades estruturais.

O Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da ADPF 186 e da ADC 41, afastou as controvérsias e declarou a plena constitucionalidade e validade jurídica das cotas raciais nas Universidades, reconhecendo-as como instrumentos necessários para a justiça distributiva e a democratização do ensino superior. Propor o fim desse mecanismo é um desafio deliberado e irresponsável à jurisprudência do STF e ao pacto democrático brasileiro.

Na verdade, esta tacanha iniciativa parlamentar busca restaurar privilégios e aprofundar a exclusão educacional no Paraná. As políticas de cotas raciais são conquistas históricas do movimento negro e das forças democráticas da sociedade. Trata-se de reparação histórica mínima diante de séculos de segregação. Pretender retirar esse direito significa acabar com a diversidade nas instituições de ensino e retroceder a um modelo de universidade voltado apenas para as elites.

Além disso, o projeto possui o claro intuito de interferir na autonomia das Universidades, assegurada pelo artigo 207 da Constituição Federal. Ao tentar impor critérios de ingresso de forma externa e compulsória, o projeto afronta a gestão acadêmica



APUFPR-SSIND

Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná
Seção Sindical do ANDES-SN

e administrativa das instituições. A autonomia universitária é o instrumento constitucional que protege o ensino superior de ingerências ideológicas e garante a liberdade das instituições na condução de suas políticas educacionais.

A universidade pública é território democrático e de resistência incansável contra os ataques à educação brasileira. A APUFPR não aceitará o desmonte de direitos conquistados após décadas de luta. O projeto de exclusão e segregação da extrema-direita não passará.

Reafirmamos nosso inabalável compromisso em defesa da Universidade pública, gratuita, democrática, laica, de qualidade e socialmente referenciada. Conclamamos as comunidades acadêmicas, os movimentos sociais e a sociedade paranaense à mobilização permanente em defesa da educação e da justiça social.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2026.

Diretoria da APUFPR-SSIND

g

Conselho de Representantes da APUFPR